

## *Trabalho decente: as premissas e a vontade de avançar*

Antonio Carlos Mendes Gomes\*

**I** Em meados da década de 90, uma mobilização de instituições e cidadãos, sem precedente na história de cidades com as dimensões e os problemas do Rio de Janeiro, permitiu a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Não foi um plano de governo, mas o resultado do trabalho coletivo da cidade em busca de sua identidade e de seu futuro, que assim definiu sua própria missão:

“Tornar o Rio uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública, que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e a sua conexão privilegiada com o exterior.”

O enunciado, revelador da determinação de se buscar um compromisso entre a lógica do mercado e a lógica da cidadania, ganhou objetividade, na definição da estratégia nº 1 para alcançar a meta proposta: “Cada cidadão espera que a cidade possa lhe oferecer oportunidades e facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo, mediante a inserção no mercado de trabalho formal.”

Essa experiência concreta da sociedade carioca é ilustrativa — de várias maneiras — do sentido do novo conceito de “trabalho decente”, palavra de ordem adotada pela OIT para uma nova mobilização pelo emprego.

Em primeiro lugar, por colocar a questão do emprego como central na reflexão estratégi-

ca sobre a sociedade: o problema do desemprego e da crescente precarização dos empregos angustia todos os países do mundo e, indiscutivelmente, o desenvolvimento econômico é a alavanca essencial para se criar trabalho.

Não obstante, com as novas tecnologias e a globalização, hoje o desenvolvimento não é suficiente. Nas últimas décadas, perdeu-se o foco no trabalho como um objetivo central das políticas econômicas governamentais. As consequências foram, em todo o mundo, e no Brasil em especial, o enfraquecimento da política de emprego e da luta contra a pobreza.

Nesse contexto, são fundamentais a formulação e implantação de políticas macroeconômicas que tenham o trabalho como objetivo central, não um alvo secundário, fazendo da política de emprego a coordenadora das demais políticas.

Em segundo lugar, a estreita associação que faz entre emprego e acesso “aos bens sociais e culturais em seu sentido mais amplo” está na essência mesma da proposta de trabalho decente, já que o sentido maior desta é a postulação de que a transcendência que caracteriza o ser humano se atualiza, ou não, a partir das condições concretas da sua vida em sociedade.

No plano das estratégias, algumas outras questões se colocam como desafios para uma

\* Presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon/Rio).

mudança socialmente justa e desejável, abrindo espaço para políticas macroeconômicas orientadas para o crescimento do emprego decente:

- a produtividade, reconhecida como base da competitividade e do sucesso empresarial e, ao mesmo tempo, entendida como base econômica necessária para o trabalho decente e caminho para o combate à pobreza;
- o paradigma da cooperação entre os parceiros sociais, como único caminho para superação do dilema da flexibilização da legislação trabalhista *versus* insegurança no emprego e precarização das condições de trabalho;
- o reconhecimento de que a competição, que no mercado de produtos e serviços estimula a eficiência e a criatividade, no mercado de trabalho pode conduzir ao aviltamento de salários e à exclusão social; e
- o acolhimento da tese de que o desenvolvimento deve ser tratado globalmente, através da equalização de recursos e oportunidades que permitam a superação dos abismos que separam hoje os países ricos e pobres.

Colocadas essas premissas, deve-se perguntar: mas, concomitantemente a esse esforço, situado no plano das políticas mais amplas, que possibilidades existem de serem deflagradas iniciativas voltadas para o alcance de conquistas mais imediatas?

Para essa resposta, a própria OIT nos dá uma sugestão cuja oportunidade de adoção deve ser avaliada com carinho, dentro do espírito do encaminhamento tripartite que sempre caracterizou essa organização: a criação de um fórum encarregado de fazer um inventário das várias frentes que podem ser objeto de ações práticas, capazes de levar a transformações progressivas e significativas em direção ao objetivo de trabalho decente para todos.

Por fim, acima de quaisquer racionalismos, o tema do trabalho e, em especial, do “traba-

lho decente”, talvez jamais venha a ser tratado com a profundidade e sensibilidade destes versos de Gonzaguinha em “Menino Guerreiro”:

“Um homem se humilha se castram seu sonho /  
Seu sonho é sua vida e a vida é o trabalho /  
E sem o seu trabalho, um homem não tem honra /  
E sem a sua honra, se morre, se mata /  
Não dá p’ra ser feliz / Não dá p’ra ser feliz.”